



DIFERENÇA E TERRITÓRIO: DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO DE DELEUZE E O TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Jônatas Pedro Dos Santos Cavalcanti ¹
Orientador: Rodrigo Dutra Gomes ²

RESUMO

Este estudo investiga a contribuição da filosofia da diferença de Gilles Deleuze para os estudos territoriais na Geografia. A pesquisa preenche uma lacuna na literatura, que muitas vezes compreende a diferença como mera variação ou categoria, ao aprofundar uma perspectiva geofilosófica que a entende como um princípio ontológico da própria realidade. Utilizando uma abordagem bibliográfica e teórica, o artigo traça a evolução do conceito de diferença na geografia brasileira e o aproxima do pensamento deleuziano. Os resultados demonstram que o território não é um espaço estático, mas um campo de forças dinâmico, resultado de agenciamentos e fluxos constantes. A análise revela que o desejo, por natureza desterritorializado, é continuamente fixado e liberado, e que essa dinâmica de territorialização e desterritorialização é central para a produção do espaço. O estudo conclui que a filosofia de Deleuze oferece uma nova lente para a compreensão das complexas relações entre poder e espaço. Essa abordagem permite enxergar os processos de des-re-territorializações não apenas como movimentos físicos, mas como transformações que subvertem noções geográficas tradicionais e oferecem novos caminhos para a análise da realidade.

Palavras-chave: Desterritorialização, Epistemologia, Geofilosofia, Multiplicidade, Território.

ABSTRACT

This study investigates the contribution of Gilles Deleuze's philosophy of difference to territorial studies in Geography. The research fills a gap in the literature, which often understands difference as mere variation or a category, by delving into a geophilosophical perspective that sees it as an ontological principle of reality itself. Using a bibliographic and theoretical approach, the article traces the evolution of the concept of difference in Brazilian geography and connects it to Deleuzian thought.

The results demonstrate that territory is not a static space but a dynamic field of forces, a result of constant assemblages and flows. The analysis reveals that desire, by its nature deterritorialized, is continuously fixed and liberated, and that this dynamic of territorialization and deterritorialization is central to the production of space. The study concludes that Deleuze's philosophy offers a new lens for understanding the complex relationship between power and space. This approach allows us to see the processes of deterritorialization and reterritorialization not just as physical movements but as transformations that subvert traditional geographical notions and offer new paths for the analysis of reality.

Keywords: Deterritorialization, Epistemology, Geophilosophy, Multiplicity, Territory.

¹ Doutorando No Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, jonatasps08@gmail.com;

² Docente do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, rdutra@ufpe.br;



INTRODUÇÃO

A Geografia, como campo do saber, tem historicamente se debruçado sobre conceitos como espaço e território, frequentemente os compreendendo a partir de dicotomias e classificações rígidas. Essa abordagem, que privilegia a identidade em detrimento da diferença, tende a homogeneizar as singularidades e a diluir a complexidade dos fenômenos. No entanto, o avanço do pensamento geográfico, influenciado por diversas vertentes, como a geografia feminista e o marxismo, tem buscado uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldam o espaço e a sociedade. Nesse contexto, a filosofia de Gilles Deleuze surge como uma ferramenta teórica potente, oferecendo uma nova perspectiva que reconhece a diferença não como uma mera variação, mas como um princípio ontológico fundamental da própria realidade.

Estudos anteriores na Geografia já abordaram a diferença através de lentes como a diferenciação de áreas, a dialética sócio-espacial e as políticas de identidade. Embora essas abordagens tenham enriquecido o debate, elas muitas vezes se mantêm presas a categorias representacionais, limitando a capacidade de capturar a "diferença em si". É nesse ponto que a filosofia de Deleuze se destaca. A geofilosofia deleuziana propõe que o território é um processo em constante construção, resultado de agenciamentos e fluxos, o que desafia a visão de um espaço estático. A lacuna na literatura reside, portanto, na necessidade de uma análise que relacione a filosofia da diferença, entendida em sua radicalidade ontológica, com a complexidade das relações de poder e a produção do espaço, superando as limitações das abordagens anteriores.

O presente artigo tem como objetivo explorar a contribuição da filosofia da diferença de Gilles Deleuze para os estudos territoriais, demonstrando como essa abordagem permite uma compreensão mais dinâmica do território, da desterritorialização e da reterritorialização. A pesquisa busca mostrar que o território não é apenas um palco para relações de poder, mas o resultado de um jogo complexo de fluxos e agenciamentos. A relevância deste trabalho reside em sua contribuição para o campo da Geografia, ao fornecer uma nova lente teórica para a análise da realidade e abrir caminhos para futuras pesquisas que busquem entender a multiplicidade das des-re-territorializações.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO



O trabalho conta com pesquisas bibliográficas nas seguintes frentes: a (1) diferença na Geografia (Harvey, 1996; Soja, 1996; Valentine, 2008) e a filosofia da diferença de Deleuze (Deleuze, 1994; Deleuze; Guattari, 1995) considerando as suas raízes filosóficas e o desdobramento do conceito em autores da Geografia. Na segunda frente (2) analisaremos as concepções de território trazidas nos resultados de pesquisas bibliométricas e teórico-epistemológicas realizadas no Brasil (Da Silva, 2016; Fernandes, 2013; Pinto, 2022; Saquet, 2013). Na última frente (3), será realizado uma aproximação entre a filosofia de Deleuze e os estudos territoriais, focando, principalmente, na contribuição do autor dos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização. Em termos metodológicos os principais procedimentos serão o histórico e comparativo, trazendo a genealogia dos entendimentos e comparando-os entre si.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DIFERENÇA NA GEOGRAFIA E EM GILLES DELEUZE

O papel dado à diferença está diretamente ligado a como analisamos/apreendemos o mundo. Conforme Moreira (2009), a partir da centração no discurso da identidade, a Geografia foi um dos campos do saber que mais concorreu para a dissolução da diferença, sendo necessária uma liberação ontológica da diferença. O discurso da identidade privilegia uma visão de mundo que reduz a diversidade, o singular e o emergente a tipologias e hierarquias. Na Geografia, essa centração manifestou-se, por exemplo, em homogeneizações regionais que diluem as singularidades; em rígidas hierarquias de classificação que ignoravam transições e processos; e em representações cartográficas simplificadoras que diluíram complexidades e fluxos. Em contraste, a liberação ontológica da diferença consiste no reconhecimento da própria diferença como base do ser, como o princípio fundamental da realidade.

Historicamente, para a Geografia, o conceito de diferença se apresentou, por exemplo, através dos estudos de diferenciações de áreas (Hartshorne, 1978). As autoras feministas também possuem relevo nessa temática, possibilitando uma nova face à questão da diferença na Geografia ao enfatizar a questão das políticas de diferença, identidade e corporeidade (Jones et all., 1997; Longhurst; Johnston, 2014) e a partir da relação da Geografia com o marxismo também foram realizadas reflexões sobre a questão da diferença a partir da perspectiva dialética (Massey, 1984; Harvey, 1996).



Em Hartshorne (1978), a diferença na Geografia é pensada como diferenciação de áreas, essas remontam a um procedimento regional que está associado a descrição e explicação das similaridades e diferenças. Para o autor, a diferença é entendida como variação, “as variações de características estáticas, ou formas, e as variações de características de movimento, ou funções, quer na mesma área, quer entre ela e outra área, incluem-se, ambas, no conceito de variação espacial ou diferenciação entre áreas” (Hartshorne, 1978, p. 20). Nesse sentido, a diferenciação abrange tanto as características estáticas (qualidades observáveis e fixas) quanto as dinâmicas (processos dinâmicos) dos lugares, essas variações podem ocorrer numa mesma área ou entre áreas distintas.

A compreensão da diferença enquanto variação reforça a centração da identidade, que se define pela busca da essência do que algo é, privilegiando o uniforme e o padrão a partir do qual as coisas se desviam. Ao priorizar a diferença como variação de áreas, a Geografia, historicamente, tendeu a homogeneizar as singularidades, convertendo a diferença em uma mera ferramenta de categorização das áreas (Moreira, 2009). A liberação ontológica da diferença, por outro lado, consiste no reconhecimento da própria diferença como base do ser, como o princípio fundamental da realidade.

As conceituações da diferença têm produzido engajamentos com a questão da espacialização da identidade e da exclusão, por exemplo, a geografia feminista tem apontado para a exclusão da “metade da humanidade na geografia humana” (Monk; Hanson, 1982). A geografia feminista demonstra como existe uma relação complexa entre gênero, corpos, sexualidade e lugar, através do estudo de pessoas transgênero, intersexuais e variantes de gênero interagem com o espaço e como os espaços são transformados por esses corpos (Longhurst; Johnston, 2014). A diferença, nesse movimento, não é entendida como algo estático ou como somente pertencente ao gênero, mas engloba outras categorias (raça, classe, sexualidade, etc.) e a intersecção dessas categorias influenciam as experiências no espaço.

Não existe somente uma única diferença na Geografia Feminista, mas pode-se dizer que, em termos gerais, a diferença é pensada como construção social e importante na formação das identidades. Entendida como algo material e interligado a relações de poder, isto é, a diferença é pensada como socialmente produzida por meio de processos de territorialização. O pensamento deleuziano pensa a diferença para além da ideia de produção, isso não quer dizer que o pensamento deleuziano se contrapõe/desafia a ideia de produção da diferença exposto pelo pensamento feminista. Inclusive, como mencionado, não existe apenas uma única diferença na Geografia feminista, Jones et all (1997) concebem uma visão de diferença que vai além da subordinação a categorias identitárias e representacionais, a diferença é entendida como



força produtiva que cria a realidade e as identidades. Essa abordagem valoriza a “diferença em si”, celebrando-a como potência criativa do devir.

A diferença na geografia também possui referências a partir do entendimento dialético. Esse é, geralmente, entendido em termos de oposição/contradição, sendo o resultado do processo a síntese. A dialética Hegeliana, em sua ênfase na oposição, possui distinção do pensamento deleuziano, na filosofia deleuziana a dialética não precisa sempre ser constituída através da oposição.

Nesse sentido, Ruddick (2008), possuindo como base Deleuze, Marx e Spinoza, desenvolve a chamada “dialética positiva”, isto é, a dialética hegeliana entende a síntese a partir de um movimento de contradição e em Marx, por exemplo, o processo histórico é impulsionado pelo conflito capital/trabalho, apesar de encontrar a relevância nesta análise do capitalismo, ao dialogar com a perspectiva deleuziana, a diferença não é pensada como uma contradição que precisa ser resolvida, mas como produtora de algo novo.

A dialética na Geografia possui uma relação com uma perspectiva da diferença-em-si. Harvey (1996) faz uma leitura de Marx em que o materialismo dialético como um processo gerador de diferenciação interna, não-totalizante e não-teleológica. Em outros termos, diferente de uma dialética hegeliana, pensada como motor teleológico do processo histórico, a dialética apontada pelo autor é uma força não-totalizante, para esse entendimento faz uma leitura da dialética a partir da leitura de Marx em conjunto com outros filósofos como Leibniz e Whitehead. Nesse sentido, valoriza a visão relacional como condição necessária para teorizar quaisquer grandes mudanças emancipatórias.

Na perspectiva de Ed Soja (1996), a questão da diferença está intrinsecamente ligada à sua teoria da "dialética sócio-espacial". Para ele, os fenômenos sociais e espaciais têm uma dependência mútua e geradora. Isso significa que a diferença não é algo que simplesmente existe no espaço, mas é produzida e reproduzida pela interação entre a sociedade e o território. Com isso, argumenta, por meio da dialética, contra uma relação causal direta entre sociedade e espaço. A diferença, nesse sentido, é uma consequência das relações de classe no modo de produção capitalista.

Em Neil Smith (1984), a diferença também é um conceito central, mas é baseada na "diferenciação interna dialética". Essa diferenciação está associada tanto ao desenvolvimento desigual quanto à produção de escala. O autor é contrário à ideia de um espaço absoluto, uma totalidade homogênea e indiferenciada, afirma, com isso, a diferença como elemento fundamental e inerente ao próprio espaço.



Apesar dos diálogos e conexões existentes entre a concepção de diferença em Deleuze e da diferença dialética na geografia, existem distinções entre as perspectivas. Deleuze (1994), se afasta de uma visão mais tradicional de dialética, de um tipo de circulação de representações opostas que fazem coincidir na identidade de um concreto, isto é, a dialética não é pensada enquanto um conflito entre representações que se resolvem através da síntese. Para ele, a dialética não é um processo de negação/oposição, mas a dialética é a próprio problema a ser resolvida. Em outras palavras, a dialética não é entendida como um procedimento, mas como a natureza do próprio problema, esse sempre sendo dialético e as soluções podem ser físicas, químicas, biológicas, matemáticas, etc.

Nesse sentido, a dialética é entendida como a força que impulsiona as soluções. Deleuze (1994) dá o exemplo do cálculo diferencial, pois as fórmulas e equações do cálculo (soluções) nos possibilitam resolver questões específicas, elas são a expressão de um problema mais fundamental, isto é, a matemática, nesse sentido, não é um conjunto de respostas, mas a linguagem em que a dialética (natureza do problema) é explicitada.

Os geógrafos acabaram analisando a diferença de forma indireta a partir dos seus movimentos e respectivas abordagens teóricas, esses conceitos de diferença, nas abordagens críticas, contribuíram para o avanço da pesquisa, permitindo que os pesquisadores refletissem sobre a questão da desigualdade, violência e exclusões. A perspectiva deleuziana, nesse sentido, não vem para negar essas contribuições, mas visa possibilitar uma abertura maior na questão da ontologia da diferença.

O pensamento deleuziano não trouxe apenas uma nova aceção para o conceito de diferença, mas criou um novo conceito, aliás, para ele, a Filosofia é justamente a arte de criar conceitos (Deleuze, 2010). A Filosofia sempre reduziu a diferença a uma mera variação da identidade, essa era vista apenas como uma negação ou contradição do que é "o mesmo". No entanto, essa abordagem é limitada, pois confina a diferença a uma posição secundária e a impede de ter sua própria ontologia. Usando outros termos, a Filosofia tradicional sempre considerou a diferença a partir das identidades, por exemplo, uma cadeira é diferente de uma mesa a partir da identidade de cada objeto, a diferença não é vista como tendo existência própria, mas a partir da negação da identidade.

Ao tentar enquadrar a diferença em categorias lógicas como identidade, semelhança, oposição e analogia, a Filosofia tradicional transforma a diferença em um organismo previsível, ignorando, com isso, sua natureza caótica. Contudo, a diferença não se encaixa nessas categorias e escapa da tentativa de ser enquadrada pela lógica tradicional. Existe uma distinção fundamental entre o diverso e a diferença. O diverso é a variedade de coisas que percebemos,



é o que está "dado" à nossa percepção. A diferença, por sua vez, é o que está por trás dessa variedade. A filosofia tradicional só consegue enxergar o diverso e as suas classificações, mas nunca a diferença em si (Schöpke, 2004).

Para Deleuze (2010) entender a diferença exige uma nova forma de pensar o ser. Ele propõe que o ser não é algo estático, mas um campo de forças em constante diferenciação. O ser é unívoco, o que não significa que seja único, mas que todos os seres, em sua própria e radical diferença, se expressam com a mesma "voz". Assim, a diferença deixa de ser um simples atributo das coisas e se torna a própria condição de sua existência, o elemento fundamental que constitui a multiplicidade da realidade.

O TERRITÓRIO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Realizar um mapeamento sobre a concepção de território na Geografia brasileira consiste em uma tarefa árdua devido a amplitude do uso desse conceito e as suas variadas perspectivas e metodologias. Nesse sentido, busca-se apenas trazer algumas reflexões feitas a partir de estudos bibliométricos realizados sobre a temática (Da Silva, 2010, 2016; Fernandes, 2013; Pinto, 2022).

Conforme Pinto (2022), através de revisão bibliométrica, expõe que o território é a conceituação de maior centralidade na Geografia brasileira em períodos analisados do período 1988-2018. Essa centralidade, conforme o autor, pode ser compreendida a partir das conexões com palavras como: Territorialidade, Poder, Conflito (mais típicas) e Paisagem, Turismo, Cerrado e Corpo (menos convencionais). Essa análise acaba corroborando com a noção que a concepção de território na Geografia brasileira possui uma ampla versatilidade.

Além disso, através de um levantamento quantitativo de trabalhos em nível de graduação e pós-graduação apresentados em eventos da AGB e das dissertações e teses no período de estudo entre 1980 até 2012, Da Silva (2016) afirma que não é possível definir uma unidade teórica nas produções. Os principais usos da questão territorial são através de estudos sobre: microterritorialidades na geografia urbana, desterritorialização, movimentos sociais, luta pela terra na geografia agrária, fronteiras, soberania na geografia política, planejamento e ordenamento territorial, políticas territoriais, etc (Da Silva, 2016). Nesse sentido, por não existir apenas um núcleo epistemológico, existe uma polissemia na concepção sobre o que é o território.

Apesar das amplas interpretações sobre o território na Geografia, pode-se pensar em algumas influências predominantes no contexto brasileiro. Durante os anos 1950 a geopolítica,



por exemplo, se pautava nos princípios territoriais ratzelianos. Segundo Saquet (2013), existe uma transição a partir dos anos 1950, busca-se romper com as abordagens positivista e neopositivista que negligenciava o conceito de território em seu aspecto social e é a partir dos anos de 1970 que questões relacionadas ao desenvolvimento desigual do capital, importância de signos e símbolos e sobre as próprias bases epistêmicas do pensamento geográfico são questionadas.

No Brasil, ocorreram alguns acontecimentos evidenciaram a renovação do debate sobre o conceito de território: Na USP ocorrem seminários internacionais sobre “O novo mapa do mundo”; ocorre também a tradução para o português da obra “Por uma geografia do Poder” de Claude Raffestin e Milton Santos publicou um texto sobre o retorno da questão territorial superando a questão do exclusivismo estatal (Pinto, 2022).

Os Seminários da USP sobre o “Novo Mapa do Mundo” marcaram também o debate nacional sobre o território, conectando a questão aos problemas globais, esse “novo mapa” é pensado devido a falência de antigas divisões geopolíticas no período da Guerra Fria. Isso levou os geógrafos a pensarem sobre o território a partir de novas escalas e a partir do questionamento sobre como a globalização afetava a organização do espaço.

A tradução da obra de Claude Raffestin e a sua inserção no debate brasileiro sobre a questão territorial influencia os trabalhos que utilizam a concepção de território até os dias atuais. Segundo Fernandes (2013), a obra de Raffestin é uma das principais influências na concepção de território nos trabalhos produzidos no Brasil. A ideia do território como definido por e a partir das relações de poder e a necessidade analisá-lo em diversas escalas é amplamente adotado/mencionado. Para ele, o território não é um dado natural ou um espaço predeterminado, mas sim um produto dinâmico de relações sociais, de poder e de dominação, que se manifestam de forma concreta em territorialidades (Saquet, 2013).

Além disso, a abordagem de Claude Raffestin sobre o território destaca um aspecto frequentemente negligenciado: o sistema territorial, que é um produto direto das relações de poder entre Estado, empresas e indivíduos. Ele argumenta que os atores sociais redefinem a superfície terrestre através da criação de redes, cujos “nós” e “tessituras” sustentam as práticas espaciais, sejam elas econômicas, políticas ou culturais. Para Raffestin, o território não é apenas uma área delimitada, mas um sistema semiótico dinâmico, moldado pelos modos de produção. Ele é constantemente transposto por fluxos materiais e imateriais, fazendo com que a circulação e as redes se tornem elementos centrais para a compreensão do território, superando a visão de fronteiras fixas e estritamente políticas (Saquet, 2013).



A discussão sobre o conceito de território no Brasil também é renovada a partir das pesquisas da geógrafa Bertha K. Becker, no seu artigo “O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo” de 1983, trouxe uma crítica ao uso exclusivo do território em sua vinculação ao Estado-Nação e faz isso utilizando-se da obra de Raffestin. Ao argumentar que a geografia do Estado-Nação esconde os conflitos existentes em todos os níveis, ela propôs uma análise das relações de poder para superar a dicotomia entre o espaço concebido e o vivido. Ratificando as ideias de Raffestin, Becker defendeu que o território é um espaço socialmente produzido por diferentes atores sociais, além da atuação estatal. Para ela, a territorialidade é a própria “face vivida do poder e do território”, e sua obra foi fundamental para difundir essas ideias no Brasil (Saquet, 2013).

O texto de Santos (2002) contribui para a renovação do debate, pois argumentou que a noção de território foi por séculos sinônimo do Estado-Nação, moldado por visão jurídico-política, contudo, essa noção se revelou incompleta. Nessa perspectiva, o território é entendido como um híbrido em que só possui sentido através do uso que o ser humano faz dele. O território é também um espaço de ação, de conflito e de existência, onde múltiplos agentes e não apenas o Estado se manifestam. Dentro dessa visão, o conceito de território não é uma base inerte, mas uma complexa "configuração territorial", um sistema subjacente composto por variáveis interligadas como a produção, as instituições, as relações de trabalho, os fixos e os fluxos. Essa configuração, que abrange tanto elementos naturais quanto aqueles criados pelo homem, é o que de fato constitui a realidade.

Na realidade, muitos geógrafos contribuíram com a discussão sobre o território no Brasil (Andrade, 1995; Arroyo, 2001; Becker, 1997; Castro, 1997, 2005; Costa, 2005; Gomes, 1997; Haesbaert, 1997, 2004, 2020; Moraes, 1988, 2000, 2002; Santos, 1994; Santos; Silveira, 2001; Souza, 1995). Todos esses trabalhos tiveram um papel importante ao aprofundar esse conceito em suas respectivas áreas e contribuíram na ampliação dessa discussão para além da ideia de território como um recorte do espaço geográfico.

Devido ao seu diálogo com o pensamento deleuziano, cabe destacar também a obra do geógrafo Rogério Haesbaert. Para Haesbaert (2004), o território tem a ver tanto com a dominação (um poder mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca) quanto com a apropriação (um processo mais simbólico, carregado de marcas do "vivido").

Uma das mais importantes contribuições de Haesbaert (1997) é a sua afirmação que o processo de produção do espaço está conectado, de forma concomitante, aos processos de desterritorialização e reterritorialização. Ele aborda as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais desse processo, argumentando que o reconhecimento do movimento de força de



trabalho, por exemplo, excluída e reterritorializada, e o movimento efetivado com a constituição de redes de circulação e comunicação, são elementos inerentes à desterritorialização e à reterritorialização.

A desterritorialização está relacionada com a globalização, como um processo que destrói territórios e os reintegra em novas redes. A reterritorialização é a criação de novos territórios a partir de uma nova apropriação e o território é uma mediação espacial do poder que assume um caráter de dominação político-econômica e apropriação simbólico-cultural. As redes de circulação e comunicação, juntamente com a materialidade dos processos territoriais, desempenham um papel central, pois possuem uma função ambivalente: ao mesmo tempo em que territorializam, também desterritorializam, sendo indissociáveis das relações de poder. Nesse sentido, o território possui um domínio simbólico-identitário, estruturado por ações de grupos sociais sobre o espaço de vida e as redes e hierarquias são centrais nesse processo. O conceito de território é, portanto, um produto socioespacial elaborado a partir do espaço produzido (Haesbaert, 1997).

TERRITÓRIO EM DELEUZE-GUATTARI

Gilles Deleuze e Félix Guattari desenvolvem uma reflexão espacial em suas obras, uma das principais contribuições dos autores é o desenvolvimento de uma reflexão sobre o território. Essa discussão sobre o território é iniciada através da obra “*O Anti-Édipo*” e desdobrada sobretudo em “*Mil Platôs*”. Segundo Bonta; Protevi (2019), Deleuze e Guattari, ao criarem novos conceitos, não apenas ressoam com os conceitos geográficos, mas também servem para realimentar os conceitos geográficos e guiarem pesquisas na Geografia, a terminologia geográfica utilizada pelos autores não é uma coincidência, mas um projeto geofilosófico que ajuda a entender a realidade territorial.

Na filosofia de Deleuze e Guattari, o território é muito mais que um mero espaço físico; ele é um ambiente de vida construído por padrões de interação e um produto de um fluxo, e não um local estático. A própria vida se perpetua por meio da territorialização, um processo de organização e conexão de forças que gera totalidades distintas.

E como o território é construído? a construção de um território é um processo que envolve os autores chamam de “agenciamentos”. Essas são as relações e as conexões que se formam entre diferentes tipos de “corpos”: o corpo humano, um animal, a paisagem e até mesmo o planeta. Não existe separação homem-natureza, todos fazem parte de um único sistema de



multiplicidades e é essa mistura e interconexão de corpos que forma a base para a criação do território (Deleuze; Guattari, 1995).

Essa dinâmica está presente em todos os níveis: da fotossíntese à união de indivíduos para formar uma sociedade. No entanto, toda territorialização carrega a potência da desterritorialização. As mesmas forças que possibilitam a vida e a organização também podem desestabilizá-la, transformando o território e permitindo que o fluxo retome seu movimento (Deleuze; Guattari, 1995; Günzel, 1998). Em outras palavras, a territorialização e a desterritorialização são processos concomitantes.

A desterritorialização é um conceito complexo, com duas faces distintas. A desterritorialização relativa permite a possibilidade de retorno ou a criação de um novo território, como em uma mudança de casa. Já a desterritorialização absoluta é uma ruptura radical, um processo sem volta, que libera completamente o fluxo. A reterritorialização, por sua vez, é a criação de um novo território, seja ele físico ou simbólico, e sempre leva à criação de uma nova base de estabilidade. O complexo de Édipo, por exemplo, é visto como uma reterritorialização perversa, que aprisiona o desejo em um drama familiar. A esquizofrenia, em contraste, é vista como uma desterritorialização radical, onde o desejo se liberta das normas sociais (Deleuze; Guattari, 1972).

A análise de Deleuze e Guattari se aprofunda ao aplicar esses conceitos ao capitalismo. Eles veem o capitalismo como um sistema movido por suas linhas de desterritorialização, que ele explora para acumular capital e converter todas as relações sociais em dinheiro. Essa busca por decodificar as formas de desejo tradicionais possui uma tendência esquizofrênica, pois rompe com os códigos sociais e religiosos. No entanto, a busca por uma desterritorialização absoluta do desejo pode levar ao colapso do sistema, já que as formas de propriedade se tornam um limite ao seu crescimento. Para evitar isso, o capitalismo busca constantemente superar seus limites por meio da expansão imperialista e da colonização da subjetividade humana, vista como "capital humano" (Munro; Thanem, 2018).

Nesse contexto, o nomadismo e os espaços lisos surgem como estratégias de resistência. Enquanto o capitalismo opera em espaços "estriados" (organizados e controlados), o nomadismo utiliza os espaços lisos (abertos e sem hierarquia) para criar uma desterritorialização absoluta. A "máquina de guerra nômade" é o exemplo de como grupos subversivos podem transformar os espaços estriados do capital em espaços lisos, desterritorializando o desejo e desafiando o poder estabelecido (Munro; Thanem, 2018).

Como Haesbaert; Glauco (2009) explicitam, uma das maiores dificuldades de trabalhar um conceito na obra de Deleuze e Guattari é que um conceito sempre está relacionado com uma



série de outro conceitos. Por exemplo, a multiplicidade, conceituação que busca superar as dicotomias tradicionais, a multiplicidade é mais do que uma simples coleção de partes, pode ser pensada como a própria essência da realidade, uma teia de conexões e inter-relações. O conceito de rizoma, em contraste com o modelo da árvore-raiz, propõe uma forma de pensamento e organização não hierárquica. Diferentemente da árvore, que parte de um ponto central e se ramifica de maneira previsível, o rizoma funciona por meio de encontros e agenciamentos, sem um centro de poder ou referência.

Diante disso, a Geofilosofia deleuze-guattariana e as suas contribuições para as reflexões sobre o território oferecem caminhos para os estudos territoriais na Geografia. Conforme Haesbaert; Glauco (2009), há muitas pontes a serem construídas sob a inspiração da “desterritorialização” deleuze-guattariana, a filosofia desses autores coopera para o reconhecimento da realidade geográfica e a multiplicidade das des-re-territorializações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a filosofia de Gilles Deleuze, ao superar a compreensão da diferença como mera variação ou categoria, oferece uma abordagem inovadora para os estudos territoriais. Ao conectar a teoria com os debates geográficos brasileiros, a pesquisa confirmou a hipótese de que a geofilosofia deleuziana não nega as contribuições existentes, mas, ao contrário, as aprofunda, revelando a complexidade do território como um campo de forças dinâmico e em constante transformação. A análise da territorialização, desterritorialização e reterritorialização como processos concomitantes evidencia que o espaço é construído a partir de agenciamentos e fluxos, e não como uma entidade estática.

A contribuição do trabalho reside na proposta de uma nova lente teórica para a análise da realidade geográfica, que permite enxergar os processos de des-re-territorializações não apenas como movimentos físicos, mas como transformações que subvertem noções tradicionais de poder e espaço. A abordagem da "máquina de guerra nômade" e dos "espaços lisos" surge como uma poderosa ferramenta para entender a resistência a formas rígidas de controle, mostrando que a fluidez e a imprevisibilidade podem ser estratégias eficazes contra a ordem estabelecida. Portanto, o estudo valida a relevância da filosofia de Deleuze para a Geografia, abrindo novos caminhos para a pesquisa e reforçando a necessidade de uma visão mais ontológica e processual dos fenômenos territoriais.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1995.

ARROYO, Mônica. **O Território das Identidades: apropriação e conflito no campo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BECKER, Bertha K. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 1-22.

BONTA, Mark; PROTEVI, John. **Deleuze and geophilosophy: A guide and glossary**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, poder e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. Solidariedade territorial e representação: novas questões para o pacto federativo nacional. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DELEUZE, Gilles. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, [1972].

FERNANDES, Mariane de O. **Os conceitos de lugar e território na contemporaneidade: a produção nas teses de Pós-graduação em Geografia de 2001-2011**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

GOMES, Paulo César da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GÜNZEL, Stephan. Immanence and Deterritorialization: The Philosophy of Gilles Deleuze and Félix Guattari. In: **The Paideia Archive: Twentieth World Congress of Philosophy**. 1998. p. 137-143.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.



HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HARTSHORNE, Richard. **A natureza da geografia: uma perspectiva dialética**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978.

HARVEY, David. **O materialismo dialético**. São Paulo: Hucitec, 1996.

JONES, J. P.; WOODWARD, K. The production of space: some feminist reflections. **Antipode**, v. 29, n. 4, p. 431-443, 1997.

LONGHURST, R.; JOHNSTON, L. Spaces, bodies, genders. In: KNOTT, H.; HARRISON, R. (Orgs.). **Key concepts in human geography**. London: Sage, 2014. p. 245-257.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production**. London: Macmillan, 1984.

MONK, J.; HANSON, S. On the nature of human geography. **Antipode**, v. 14, n. 2, p. 10-15, 1982.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **As razões da geografia: o pensamento crítico e a história do pensamento geográfico**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, A. R. A diferença na geografia: contribuições deleuze-guattarianas. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 47, p. 101-118, 2009.

MUNRO, Iain; THANEM, Torkild. Deleuze and the deterritorialization of strategy. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 53, p. 69-78, 2018.

PINTO, A. A concepção de território na geografia brasileira (1988-2018): uma revisão bibliométrica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 42, p. 1-22, 2022.

RUDDICK, S. The political philosophy of Deleuze and Spinoza. **Journal of Political Philosophy**, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.



SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze: o pensador nômade**. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Ana Cristina da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o século XXI: o território na trama das significações imaginárias**. 2010. 578 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2010.

SMITH, Neil. **Uneven development: nature, capital and the production of space**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

SOJA, Edward W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia e o debate da cidade e da cidadania**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, 1995.

VALENTINE, G. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. **Gender, Place and Culture**, v. 15, n. 3, p. 323-333, 2008.